



**Sumário Executivo**  
**PESQUISA DE AVALIAÇÃO**  
**DO PROGRAMA DE AÇÕES**  
**ESTRUTURANTES NAS COMUNIDADES**  
**REMANESCENTES DE QUILOMBOS**

Núcleo de Pesquisas, Informações e Políticas Públicas da  
Universidade Federal Fluminense - DataUFF  
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação  
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Brasília  
Novembro de 2008

# Sumário Executivo da Pesquisa de Avaliação do Programa de Ações Estruturantes nas Comunidades Remanescentes de Quilombos

## Apresentação

As iniciativas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com a Fundação Cultural Palmares (FCP) estão consolidadas no “Programa de Apoio às Comunidades Quilombolas”. Essas iniciativas caracterizam-se como “ações estruturantes” voltadas para viabilizar condições de geração de renda sustentável para as

comunidades remanescentes de quilombos, com o intuito de superar situações de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. Nesta avaliação foram visitadas 80<sup>1</sup> comunidades em 29 municípios abrangendo 14 estados. Foram aplicados um universo de 2.260 questionários. Além disto, realizamos 191 entrevistas em profundidade.

## Resultados

### Características socioeconômicas das comunidades

A grande maioria das comunidades quilombolas investigadas estão localizadas em áreas rurais. Nada menos que 61,8% dos responsáveis pelos domicílios trabalham na agricultura, principalmente como agricultores de subsistência. A atividade rural mais comum entre os responsáveis pelos domicílios é a familiar sem empregados (64,0%), seguida da atividade rural comunitária (24,8%). A contratação de mão de obra é pequena, seja com empregados temporários ou fixos.

Os responsáveis pelos domicílios de cor preta e parda correspondem a 83,8% do total. Cerca de 70% das famílias possuem renda mensal de até um salário mínimo. As mulheres são as responsáveis por 31,8% dos domicílios investigados.

Considerando os entrevistados e os chefes de domicílio, no geral a escolaridade é baixa e as situações de analfabetismo e analfabetismo funcional (menos de quatro anos completos de estudo) vão

se ampliando nas faixas mais elevadas de idade. Por exemplo, para aqueles entre 16 e 24 anos o percentual de pessoas sem instrução ou com o antigo primário incompleto é de 18,2%; na faixa entre 35 e 44 anos este percentual sobe para 53,3%; já entre aqueles com 65 anos ou mais, o percentual chega a 89,9%.

Somente 10,2% dos entrevistados apontaram que não há fornecimento de energia elétrica em suas residências. Já o acesso à rede pública de água atinge só 16,9% dos domicílios onde o questionário foi aplicado. As maiores frequências de respostas foram relativas a cisternas e poços comuns, poços artesianos, rios e igarapés.

A situação relativa ao esgotamento sanitário é grave: 31,4% dos entrevistados apontam que o mesmo é inexistente e somente 2,8% destes referem ligação do domicílio à rede pública. Quanto aos banheiros, a maioria dos entrevistados (58,4%) os tem do lado de fora da casa e (4,5%) apontam que não possuem banheiro.

A maioria das casas dos entrevis-

<sup>1</sup> Estava prevista a realização do trabalho de campo em 81 comunidades. No entanto, uma destas – Sítio Caldeirãozinho – não é uma comunidade e não recebeu qualquer equipamento, de fato é uma localidade da comunidade Serrote do Gado Brabo em São Bento do Uma (PE), que foi avaliada em 2006. Já a comunidade de Boa Esperança (em Eldorado-SP) é somente um outro nome, com as mesmas lideranças da comunidade de Batatal, que integrou a avaliação realizada em 2006. Nesta ouvimos as lideranças, mas não fizemos novamente a aplicação do questionário.

tados é de alvenaria (54,7%), mas, ainda, encontramos casas de barro (28,2%) e de madeira (12,2%).

Por fim, a pesquisa encontrou uma situação de insegurança alimentar na medida em que somente 34,2% dos entrevistados afirmam que a quantidade de alimentos consumidos ao mês pela família é plenamente suficiente.

### **Comunidades contempladas e critérios para ordenamento do atendimento com a caracterização das modalidades de entrega e instalação dos equipamentos**

A escolha das 150 comunidades deu-se por meio da conjugação dos seguintes critérios: comunidades com maior número de famílias; comunidades de difícil acesso e distantes das sedes dos municípios; comunidades com famílias de menor renda per capita; comunidades com maior número de famílias chefiadas por mulheres sozinhas; comunidades com maior índice de mortalidade infantil; comunidades localizadas em áreas de conflitos fundiários e comunidades com maior número de famílias com filhos de zero a seis anos.

Com os recursos disponíveis foi possível adquirir 50 kits para casas de farinha, 30 kits de implementos agrícolas, 20 kits de equipamentos de pesca artesanal, 30 kits de equipamentos para desenvolvimento do artesanato e 20 kits de sistema de irrigação; totalizando 150 kits. Assim, respeitou-se a ordem demandada nas oficinas realizadas com as lideranças comunitárias, em novembro e dezembro de 2003, até um módulo de kits se esgotar e então os módulos subsequentes serem preenchidos. Houve casos, no entanto, em que a comunidade foi inserida em uma ação estruturante que não fazia parte das três prioridades indicadas durante a oficina.

### **Adequação dos equipamentos às necessidades das comunidades, grau de satisfação e o impacto nas condições socioeconômicas e de segurança alimentar**

Em somente cinco das comunidades investigadas os equipamentos encontravam-se em plena utilização. Em 16 estavam parcialmente utilizadas e em 11 não se encontravam nas comunidades. Nas demais, 48 comunidades, os equipamentos se encontravam sem utilização.

A não utilização não se explica somente pela dificuldade de viabilizar a infraestrutura necessária. Houve casos em que o equipamento recebido era inadequado frente às características socioeconômicas e ambientais das comunidades. Em outros casos, em que embora a ação em sentido amplo fosse adequada, o tipo de equipamento recebido não se prestava à utilização por conta, mais uma vez, de especificidades socioeconômicas e ambientais. Houve também problemas de inadequação de infraestrutura.

Mesmo nas comunidades em que os equipamentos estavam sendo utilizados de forma total ou parcial, os resultados foram quase inexistentes do ponto de vista do incremento da renda e do aumento da área e da produção. Somente no que tange à participação dos moradores nas reuniões das associações comunitárias verificamos um impacto mais expressivo.

### **Cumprimento dos prazos e metas para a instalação dos equipamentos**

Nas oficinas realizadas em novembro e dezembro de 2003 não houve definição de um prazo ou meta para entrega ou instalação dos equipamentos. Os primeiros equipamentos foram adquiridos em dezembro de 2004, ou seja, um ano após as oficinas. Durante todo o ano de

2005 foram adquiridos novos equipamentos e as últimas notas fiscais datam de dezembro deste ano, cerca de 24 meses após as oficinas terem sido realizadas.

No que tange à entrega, os primeiros equipamentos tiveram o termo de responsabilidade assinado em março de 2005 e durante todo este ano novos equipamentos foram entregues. Nas comunidades do Oeste do Pará (em Oriximiná e Santarém) os termos de responsabilidade datam de janeiro e fevereiro de 2006.

Apesar de nas oficinas de novembro e dezembro de 2003 não ter sido estabelecido um prazo para a entrega e instalação dos equipamentos, decorreu um espaço de tempo relativamente grande até que os mesmos estivessem sob guarda das comunidades. Quanto à instalação, em geral, essa não ocorreu quando não existia nas comunidades a infraestrutura necessária.

Em onze casos, os equipamentos não se encontravam nas comunidades. Esses casos são descritos de forma pormenorizada no relatório.

As entrevistas em profundidade revelaram que o tempo decorrido entre as oficinas, a chegada dos equipamentos e o momento da avaliação (2008) provocou grande imprecisão nas respostas.

## Participação das mulheres nas atividades de geração de renda

Na medida em que somente um pequeno número de equipamentos se encontrava em utilização, é visível que o programa não conseguiu gerar impactos no que diz respeito à participação deste grupo nas atividades produtivas locais. Nas poucas situações em que os equipamentos estavam sendo utilizados, de forma plena ou parcial, eram prioritariamente os homens que os ligavam e os manuseavam. A exceção são as máquinas de costura que estavam em pleno funcionamento em duas comunidades, ainda que sem geração sustentada de renda e funcionando parcialmente em quatro. Nessas cinco situações não havia homens atuando junto ao equipamento.

## Indicações técnicas para solução dos problemas encontrados ao longo da implementação das ações estruturantes nas comunidades quilombolas

O quadro abaixo explicita a situação atual dos equipamentos nas 80 comunidades onde foi realizada a pesquisa.

**Quadro 1 – Estado atual da implantação dos equipamentos**

Situação	Casa de farinha	Kit de irrigação	Cultivador	Bat. de cereais/ Máq. de benefic. arroz	Barco	Máquina de costura	Total	%
Em utilização plena	0	0	1	2	0	2	5	6,25
Em utilização parcial	0	3	3	1	5	4	16	20,00
Nunca funcionou	27	8	4	0	0	9	48	60,00
Não está na comunidade	6	2	1	0	0	2	11	13,75
Total	33	13	9	3	5	17	80	100,00

Fonte: DATAUFF/MDS, 2008

## Utilização parcial

Os casos de utilização parcial ocorreram em 20% das oitenta comunidades.

### Kits de Irrigação

Nas comunidades de Araçá e Juá (em Bom Jesus da Lapa-BA) identificou-se a necessidade de envio da tubulação sem a qual o *kit* não poderia ter completo funcionamento e de assessoria técnica para instalação e uso. Já na comunidade de Gapó (Penalva-MA), além destes dois fatores, o motor demandava reparos, na medida em que se encontrava queimado após uma primeira tentativa de uso.

### Barcos

Para os barcos não houve solução. Tratava-se de um problema ligado ao alto consumo de gasolina do equipamento, o que impedia seu uso para a pesca, ou para transporte de produção agrícola para comercialização fora da comunidade. No entanto, a presença dos barcos em comunidades isoladas nos rios Trombetas e Erepecuru (em Oriximiná-PA) foi muito bem avaliada pelos quilombolas por conta das emergências de saúde, que adquiriram maior agilidade para o transporte até hospitais.

### Cultivadores

Para os cultivadores somente em Serrinha (Oriximiná-PA) houve uma solução – embora de difícil operacionalização – através da abertura de uma estrada em meio à floresta, ligando a sede da comunidade às áreas de produção. Nas demais situações verificou-se a inadequação das áreas de produção em relação ao equipamento, o que fez com que o mesmo fosse utilizado somente para transporte e insumos dentro das comunidades, como em Santana, Município de Quatis-RJ. Por outro lado, houve também a avaliação de que o custo do combustível era muito elevado, o que limitava muito o

número de famílias que o utilizam, como ocorreu em Brejo dos Crioulos (São João da Ponte e Varzelândia-MG).

### Máquina de beneficiar arroz

A utilização parcial da máquina de beneficiar arroz em Pilões (Iporanga-SP) não pode ser equacionada com soluções técnicas. O problema é que a comunidade produzia pouco arroz, e por isso a máquina era utilizada de forma esporádica.

### Máquinas de costura

Com relação às máquinas de costura em utilização parcial, em Ivaporunduva (Eldorado-SP) não existiam soluções técnicas. O problema é que somente três máquinas eram necessárias para as atividades de artesanato desenvolvidas no local. Nas comunidades de Areal, Piçareira e Santa Rita (todas em Penalva-MA), foi necessário construir um galpão e ajustar a rede de energia elétrica. Já está ocorrendo uma capacitação, que se realiza na comunidade de Bairro Novo<sup>2</sup> (no mesmo município). Em Piçareira torna-se ainda necessário reparar três máquinas que tiveram os motores avariados nesta capacitação. Os casos de não utilização ocorreram em 60% das oitenta comunidades.

<sup>2</sup> Que fez parte da avaliação realizada em 2006.

### Nunca funcionou

Os casos de não utilização ocorreram em 60% das oitenta comunidades.

### Casas de farinha

Na maior parte das comunidades observou-se a necessidade de construção de galpões e assistência técnica para instalação e uso do equipamento, como verificou-se em:

- Pau d'arco e Parateca (Malhada-BA)
- Pombal (Santa Rita do Novo Destino-GO)
- Olho d'água, Tibiri e São Joaquinzinho (Penalva-MA)

- Marudá (Alcantará-MA)
- Cangume (Itaóca-SP)
- Sítio Velho (Assunção-PI)
- Arapema, Bom Jardim, Murumutuba, Murumuru e Tiningu (Santarém-PA)

Das comunidades acima listadas, em Olho d'água coletamos a informação de que a produção de mandioca não era suficiente para as dimensões da casa de farinha doada.

Há outras comunidades que demandavam, além do galpão e da capacitação técnica para instalação e uso, também ajustes na rede de energia elétrica. É o caso das comunidades de Oriximiná-PA (Bacabal, Jamarí e Paraná do Abuí), onde a energia elétrica advém de geradores movidos à óleo diesel, cuja capacidade atual não comporta o funcionamento da casa de farinha (vale ressaltar que na comunidade de Bacabal coletamos a informação de que não há produção de mandioca suficiente para a capacidade do equipamento). Também nas comunidades de Ponta dos Currais (Penalva-MA) e Pepital (Alcântara-MA) são necessários ajustes na rede de energia elétrica.

Algumas comunidades utilizavam partes do equipamento doado em casas de farinha artesanais pré-existentes, o que resultou em avarias, que agora demandam manutenção. São os casos de Conduru e Ponta do Curral (Penalva-MA) e Marudá (Alcântara-MA).

Há comunidades que por conta de sua capacidade de produção de mandioca pretendem utilizar ou já estão utilizando somente partes dos equipamentos doados em suas casas de farinha artesanais pré-existentes.

É o caso das comunidades de:

- Abrobral (Eldorado-SP) que demanda a construção de um galpão, mas somente pretende utilizar o desintegrador e o triturador;

- Quilombos (Altos-PI) que usa peças do equipamento doado na medida em que as correspondentes de sua casa de farinha artesanal se deterioram;

- Saubeiro (Penalva-MA) que pretende utilizar a prensa e os cochos em uma casa de farinha que está sendo construída pelo governo estadual;

- Lage dos Negros (Campo Formoso-BA) que pretende utilizar partes do equipamento em uma casa de farinha que está sendo construída pelo governo municipal.

Por fim algumas comunidades apontavam não ter interesse no equipamento. São estas:

- Canarana e Conduru (Penalva-MA)
- Cajueiro (Alcântara-MA)
- Engenho, Galvão e São Pedro (Eldorado-SP)

### **Máquinas de costura**

As máquinas de costura estão sem utilização por falta de local para instalação. Daí a necessidade de construção de galpões, capacitação técnica e ajustes na rede de energia elétrica. É o caso das comunidades de:

- Mangal do Barro Vermelho (Sítio do Mato-BA)
- Pacoval (Alenquer-PA)
- Negros de Jilú (Itacuruba-PE)
- Cambará (Cachoeira do Sul-RS)
- Pedro Cubas (Eldorado-SP)

A comunidade de Jurumirim (Iporanga-SP) além das demandas acima, indica também a necessidade de capital inicial. As lideranças afirmaram que não há interesse no equipamento e que seria melhor trocá-lo por um cultivador. De fato, declarações de não interesse no equipamento aparecem também nas comunidades de:

- Guaribas (Bezerros-PE)
- Imbé (Capoeiras-PE)
- São Brás (Penalva-MA)

Com relação a esta última comunidade, duas máquinas foram alugadas para a prefeitura e outras três estão avariadas.

### **Cultivadores**

Há três casos em que o cultivador foi entregue incompleto, faltando a roçadeira, a cadeira para o condutor e o feixe de molas.

É o caso das comunidades de:

- Ponta Seca, Só assim e Trajano (Alcântara-MA)

Dessas três, somente em Ponta Seca a comunidade aponta a possibilidade de utilizar o equipamento e, portanto, solicita também capacitação técnica. As outras duas afirmaram que o cultivador não é adequado ao tipo de técnica produtiva utilizada na comunidade (roçado com tocos). Nesses dois casos, portanto, não há solução técnica possível.

Também não há solução técnica para o caso de Água Preta (Tururu-CE), onde, embora o equipamento esteja completo, não é adequado ao solo e à técnica produtiva local.

### **Kits de Irrigação**

Os problemas que concorreram para o não funcionamento do *kit* de irrigação em geral foram os mesmos para as várias comunidades: o equipamento estava incompleto, na medida em que não foi entregue a tubulação e não há capacitação para instalação e uso.

É o caso das comunidades de:

- Boa Esperança, Conceição, Oriente e São Joaquim (Penalva-MA)
- Jarauaca e Jauari (Oriximiná-PA)

Nas duas últimas, porém, as comunidades não tiveram interesse no equipamento.

Na comunidade de Santo Antônio (Penalva-MA) faltava, ainda, a construção de um poço artesian, única possibilidade

de aquisição de água em quantidade suficiente para a utilização do *kit*.

Em Peru (Alcântara-MA), também não houve interesse no equipamento, pois já existia um semelhante com custo de operação menor.

### **Não estava na comunidade**

Os equipamentos não se encontravam em 13,75% das oitenta comunidades.

### **Casas de farinha**

Existia um número elevado de casas de farinha que não estavam nas comunidades. Em uma delas, Retiro do Santo Antonio (Macapá-AP), a comunidade possuía somente treze domicílios, o que nos leva a questionar a viabilidade da instalação deste equipamento no local. Em outras quatro (Alto Bonito, Conceição e Santa Rita em Senhor do Bonfim-BA e Maria Rosa em Iporanga-SP) os equipamentos precisavam ser transportados para a comunidade e a partir disto, apareceu a demanda para construção do galpão e assistência técnica para instalação e uso. Na última, porém, não há produção de mandioca suficiente para a capacidade do equipamento.

Por fim a comunidade de Engenho (Eldorado-SP), cujo equipamento se encontrava na comunidade de Abrobral (no mesmo município), não demonstrou interesse no mesmo.

### **Máquinas de costura**

Em dois casos as máquinas de costura não se encontravam na comunidade. Em Queimada Grande (Senhor do Bonfim-BA) o equipamento estava na comunidade de Macaco (no mesmo município) onde foi entregue. Como a comunidade tem somente três domicílios, é difícil pensar na viabilidade de instalação do mesmo.

Já em Boa Esperança (Eldorado-

SP) – outra denominação adotada pela comunidade de Batatal que fez parte da avaliação de 2006 – a situação é mais complexa. Esta comunidade em 2007 abriu mão do reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares e dissolveu a associação quilombola que havia sido criada em 2002. Frente a isto optaram, ainda neste ano, por doar as máquinas ao escritório local do MOABE (Movimento dos Atingidos por Barragens).

### **Cultivadores**

No caso de Barreiras (Senhor do Bonfim-BA) o cultivador foi entregue na comunidade de Tijuaçu e ainda se encon-

tra nesta. A comunidade tem interesse no equipamento e demanda que o mesmo seja transportado até lá.

### **Kits de irrigação**

Em dois casos os *kits* de irrigação não estavam nas comunidades. Trata-se das comunidades de Larginha e Fazenda Jatobá (Bom Jesus da Lapa-BA). No primeiro caso o equipamento se encontrava na comunidade de Tijuaçu e no segundo caso a comunidade não sabia onde o mesmo foi entregue ou se encontrava atualmente. Em ambos os casos as comunidades não tiveram interesse no equipamento.

### **Recomendações**

- Articulação imediata com os poderes executivo municipais e estaduais, por meio das secretarias da área de assistência social, visando proporcionar estudos para a inserção das ações estruturantes no contexto da proteção social e da segurança alimentar, com estímulo à criação de CRAS em comunidades quilombolas.
- Articulação imediata com os poderes executivo municipais e estaduais, por meio das secretarias de agricultura, visando proporcionar condições mínimas de infraestrutura e assistência técnica.
- Articulação imediata com órgãos de assistência técnica ou extensão rural como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e com entidades como o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), bem como com ONGs, no sentido de construir uma rede de apoio às comunidades beneficiadas.
- Imediato mapeamento da situação fundiária das terras quilombolas em que se

encontram os equipamentos e daquelas do seu entorno, pois em muitos casos não há como investir em capacitação ou até mesmo colocar os equipamentos em funcionamento se não existir terra em quantidade suficiente para o plantio.

- Realocação de equipamentos nos casos em que a comunidade aponta impossibilidade de uso no futuro. Nos quadros presentes no item VI do Relatório Final são indicados as demandas por troca de equipamentos, quando as comunidades apontaram para isto.
- Qualquer que seja a medida tomada, é necessário adotar estratégias de monitoramento e avaliação; verifica-se que ainda que seja viabilizado o funcionamento dos equipamentos é necessário monitorar o percurso até a consecução de uma situação sustentável de geração de renda.
- A estratégia de convocar lideranças para discussão e reflexão, pressupondo que estas possuem suficiente vínculo com o tecido social das comunidades que representam, não é eficiente. Sem dúvida, recomenda-se que as lideranças continuem a



ser tomadas como um canal de comunicação importante. No entanto devem ser criados mecanismos que permitam uma verdadeira participação dos membros das comunidades. Isto porque a intermediação das associações de quilombolas não parece assegurar a participação coletiva e nem estas associações podem ser a priori tomadas como representativas.

- Assim, recomenda-se que em programas deste tipo seja realizada a visita de pelo menos um técnico do órgão responsável pela implantação, em cada comunidade atingida, para organizar discussões e oficinas públicas, nas quais possam participar as lideranças e o conjunto da comunidade.

Esta última recomendação pode, à primeira vista, parecer de difícil viabilidade. No entanto, estamos apoiados na experiência desta pesquisa de avaliação.

## Conclusões

Após as duas avaliações realizadas em 2006 e 2008, é possível afirmar que a forma utilizada pelo Programa de Ações Estruturantes para discutir com as comunidades qual o equipamento mais adequado foi decisiva para os baixos resultados até agora alcançados.

Por um lado, a incorporação exclusiva das lideranças comunitárias nesta definição gerou casos em que os equipamentos solicitados não correspondiam a demanda do conjunto da comunidade. Isto porque, não necessariamente as lideranças mantêm um vínculo, de fato orgânico, com as famílias em geral. Assim, o contato de técnicos do ministério com o conjunto da comunidade por meio de assembleias ou reuniões abertas a todos os interessados poderia ter resultado em escolhas mais acertadas.

Por outro lado, como algumas lideranças apontaram, não houve tempo

Vejam: quatro técnicos do DATAUFF percorreram 80 comunidades em aproximadamente dois meses, fazendo observações de campo, realizando entrevistas em profundidade e aplicando questionários que mapeavam um amplo conjunto de variáveis. Gastando aproximadamente R\$ 200.000,00. Para chegarmos ao conjunto das comunidades avaliadas (em 2006 e 2008) gastou-se aproximadamente R\$ 400.000,00. Esse valor está muito abaixo daquele utilizado efetivamente para o envio de questionário às comunidades e para a realização das cinco oficinas que reuniram as lideranças quilombolas (aproximadamente R\$ 1.700.000,00, segundo informações de um representante da Fundação Cultural Palmares), como já apontava o relatório de 2006.

hábil para que as comunidades fossem consultadas antes das oficinas realizadas em 2003. Na mesma medida, nestas oficinas os participantes não foram esclarecidos acerca das especificações técnicas dos equipamentos. O resultado disto aparece nos dados quantitativos e qualitativos expostos neste relatório e no que foi produzido em 2006. Muitos equipamentos são inadequados às características das comunidades e muitas destas apontam não ter interesse nos equipamentos.

Outro elemento – também já sinalizado na avaliação de 2006 – decisivo para o resultado verificado foi o processo centralizado de compra dos equipamentos. Tal processo gerou problemas em alguns casos insuperáveis. De fato, as ações estruturantes corresponderam a um rol fixo e pequeno de equipamentos que foram comprados por meio de processos licitatórios, para atender a uma grande diversidade

de de contextos econômicos, ambientais e culturais. Tais equipamentos, em muitos casos, pressupõem uma escala de produção muito superior à que as comunidades alcançam ou possuem características técnicas muito distantes do que corresponde ao cotidiano de seus moradores.

Poucos equipamentos se encontram em utilização e estes têm gerado, até o momento, baixo resultado no que tange ao: aumento da renda da família, aumento da área e/ou produção da família, quantidade de alimentos consumidos pela família e introdução de novos alimentos na dieta familiar.

Observam-se efeitos no que diz respeito ao aumento da participação dos moradores nas associações comunitárias após a utilização total ou parcial dos equipamentos. Isto se deve provavelmente à necessidade de discussão coletiva sobre a forma de uso dos mesmos.

Como já identificado na avaliação realizada em 2006, não havia prazos ou metas definidas para a entrega e instalação dos equipamentos. O tempo mínimo para chegada dos equipamentos foi de cerca de

15 meses. O tempo máximo foi de aproximadamente 26 meses. Já a instalação, no caso dos equipamentos que demandam algum tipo de infraestrutura (construção de galpão, ajustes na rede de energia elétrica etc.) ocorreu em poucas comunidades.

Na medida em que poucos equipamentos estão em utilização, não há resultados também na incorporação de mulheres na geração de renda. Mesmo quando há utilização total ou parcial, ainda não ocorrem efeitos positivos. As situações de uso pleno das máquinas de costura em duas comunidades do Nordeste (Boa Vista dos Negros em Parelhas-RN e Macaco em Senhor do Bonfim-BA) caminham na direção de possibilidades mais concretas de geração de renda para mulheres (nos dois casos não há homens atuando junto a estes equipamentos).

Como se explicitou, caso a caso, no item VII do Relatório, há possibilidades de viabilizar o funcionamento e uso pleno dos equipamentos em várias comunidades. No entanto em muitas outras não há solução técnica possível.

**Execução**

Fundação Euclides da Cunha – FEC/  
DataUFF

**Coordenação Geral**

André Augusto Pereira Brandão

**Coordenadora Adjunta**

Salete Da Dalt

**Estatístico**

Victor Hugo de Carvalho Gouvêa.

**Assistentes de Pesquisa**

Claudia Valéria Pimentel

Priscilla Caldellas

**Coordenador de Área**

Marco Aurélio Oliveira de Alcântara

**Técnicos de Campo**

AP – Handerson Luiz Ferreira Pinto

BA – Anísio José Pereira Filho

CE – Claudio Luiz Mendonça do

Nascimento

DF – Oswaldo Assis Rocha Neto

MA – Maria Flor Sousa Pinheiro

MG – Alexandre Lopes Rodrigues

PA – Naiara Silva Miranda

PB – Christina Gladys de Mingareli

Nogueira

PB – Giseuda do Carmo Ananias

PE – Amerivaldo Mario Barbosa

PE – Jacinaldo Santana Silva

PI – Francisca Raquel da Costa

RJ – José Luiz dos Santos Cotrim

RJ – Warner Versiani

RS – Cristina Gross Moraes

SC – Mara Nadja Pereira

SP – Julio César Goulart Rodrigues

SP – Thiago Crisan Silva Carvalho da

Silva

**Unidades Responsáveis**

Secretaria de Avaliação e Gestão da  
Informação

Secretaria Nacional de Segurança

Alimentar e Nutricional

**Secretária de Avaliação e Gestão da  
Informação**

Laura da Veiga

**Diretora de Avaliação e****Monitoramento**

Diana Reiko Tutiya Oya Sawyer

**Coordenadora Geral de Avaliação e****Monitoramento de Demanda**

Leonor Maria Pacheco Santos

**Equipe de acompanhamento da  
pesquisa**

Karen Santana de Almeida

Lucélia Luiz Pereira

**Secretário Nacional de Segurança  
Alimentar e Nutricional**

Crispim Moreira

**Diretor de Apoio a Projetos Especiais**

Marco Aurélio Loureiro

**Coordenadora Geral de Apoio a****Grupos Vulneráveis**

Luana Lazzeri Arantes

**Edição e Diagramação****Coordenadora Geral de Publicações****Técnicas/SAGI**

Monica Rodrigues

**Arte e diagramação**

Marcelo Rocha

**Revisão**

Katia Belisário Couto

Marina Pereira Novo

Roberta M. Rocha Barbosa Ferreira

**Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação****Departamento de Avaliação e Monitoramento**

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 410

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 3433-1509 | Fax: 3433-1528

[www.mds.gov.br/sagi](http://www.mds.gov.br/sagi)